

PROGRAMAS DE POLÍTICAS DE PÚBLICAS - PNAE E PAA: CONSEQUÊNCIAS ACARRETADAS PELO COVID-19 AOS AGRICULTORES FAMILIARES NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS – PR

Alcione Lino de Araújo¹
Plínio Gonçalves Fahd²

RESUMO

A pandemia COVID-19 apresentou consequências negativas aos produtores rurais de forma multidimensional: saúde, produção, comercialização, renda e formas de comunicação. Por outro lado, os produtores rurais nessa pesquisa demonstram relativa capacidade de superação para enfrentar os desafios impostos. Muitos produtores seus familiares e conhecidos foram infectados com o *Sars-CoV-2*. Desse modo, este estudo teve como objetivo analisar as consequências causadas aos agricultores familiares devido a pandemia – COVID-19 frente aos programas de políticas públicas do Governo Federal PAA e PNAE na região dos Campos Gerais – PR. A metodologia inicialmente buscou uma revisão bibliográfica dos estudos mais recentes sobre os impactos causados na agricultura familiar com relação a pandemia – COVID-19. Participaram dessa pesquisa 68 produtores rurais, que são compreendidos como Pequenos Produtores Rurais (PPRs) e Agricultores Familiares; bem como Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Agricultura da região dos Campos Gerais – PR em dezenove cidades. Os resultados apresentaram que a maior parte dos produtores rurais (86%) alegou que tiveram pessoas próximas infectadas, oscilando de dez pessoas ou mais entre familiares conhecidos e/ou o próprio produtor rural. À guisa da conclusão para esse estudo, foi possível perceber que alguns perderam amigos e parentes para a doença, além de sofrerem perdas na produção e quedas na venda e renda, mas nenhum produtor teve perda total da produção ou queda total de vendas.

Palavras-Chaves: COVID-19, Políticas Públicas, Agricultura Familiar.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é sinalizada como um novo caminho para a construção de agriculturas de base ecológica ou sustentável. No entanto, o Brasil ainda não identifica as vantagens da agricultura familiar como estratégia ao desenvolvimento rural. Diante desse cenário, a agricultura familiar proporciona o rápido processo de inovação na indústria e nos serviços, sem piorar as taxas de desemprego no ambiente urbano. Com isso, as discussões sobre a importância e o papel da agricultura familiar vêm conquistando, adquirindo e ganhando força, impulsionada através de debates embasados no desenvolvimento sustentável, na geração de emprego e renda e na segurança alimentar. Nesse mesmo processo de debate

¹ Instituto Federal do Maranhão (IFMA) – Campus Santa Inês – alcione.lino@ifma.edu.br

² Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) – Campus Bacabal – fhad@terra.com.br

arguiu-se que, junto ao futuro tecnológico da agricultura e às inovações tecnológicas e organizacionais, não se pode deixar de considerar a questão ambiental. Não se trata mais de produzir em grandes quantidades, mas também, e principalmente, com qualidade, com técnicas socialmente aceitas e menos agressivas ao meio ambiente na região dos Campos Gerais - PR.

No Brasil, o universo da agricultura familiar é extremamente heterogêneo e inclui desde famílias muito pobres, que detém em caráter instável um pedaço de terra, dificilmente utilizado como base para uma unidade de produção sustentável, até famílias com quantia de recursos suficientes para aproveitar as oportunidades criadas em seu contexto. Na atual condição brasileira, na qual parte da população vive com rendas abaixo da linha de pobreza, a agricultura familiar pode exercer um papel fundamental nas metas de segurança alimentar e nutricional; nesse contexto pode-se levar em consideração os Pequenos Produtores Rurais (PPRs) do Brasil que assumem inúmeros riscos para produzir alimentos e colocá-los na mesa do brasileiro dia após dia. Segundo o IBGE (Censo Agropecuário de 2017), são mais de 3,8 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar, que equivalem a (77%) do total, ocupando 80,9 milhões de hectares responsáveis por 23% de toda a produção agrícola brasileira (IBGE, 2019). Esses PPRs podem ser classificados como produtores individuais bem como agricultores familiares, que fazem parte de cooperativas e/ou associações, entre outros grupos com diferentes sistemas agrícolas, mas com o ponto em comum de encarar desafios para produção e comercialização de seus produtos. Muitos, se não quase todos, participam dos dois programas federais de políticas públicas, criados para combater essa vulnerabilidade dos PPRs e dos Agricultores Familiares, fundamentais para oportunizar e fomentar o escoamento da pequena produção, que são: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), atualmente vinculado ao Ministério da Cidadania (MC), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ligado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, com o objetivo de implementar políticas educacionais desse ministério.

Do início de fevereiro de 2020 até dezembro de 2021, em que se conviveu de forma mais intensa com a pandemia – COVID-19, o trabalho e a condição desses PPRs e dos Agricultores Familiares tornaram-se mais desafiadores, no Brasil e em outros países da América Latina (MOURA e SOUZA, 2020; PREISS, 2020; SCHNEIDE *et.al*, 2020). O

Brasil contabiliza milhões de infectados, com milhares de mortes pela COVID-19. Diante disso, é fundamental que sejam feitas algumas indagações aos PPRs e aos Agricultores Familiares com relação a: Como está a sua produção? Como está a comercialização de seus produtos? Como está a sua renda? O que mudou com a pandemia – COVID19 com relação às práticas na produção e comercialização? Há políticas públicas voltadas aos PPRs e aos Agricultores Familiares em razão da pandemia?

Para que se possa obter respostas concernentes as perguntas acima; identificou-se que os beneficiados desses programas PNAE e PAA, são os PPRs e Agricultores Familiares na região dos Campos Gerais – PR, que comercializam seus produtos em feiras livres ou mercados locais que envolvem aglomeração social. Portanto, com o distanciamento físico, houve restrições ou total suspensão das feiras ou fechamento de mercados. Mesmo em situações tão restritivas ou impeditivas, os PPRs e os Agricultores Familiares inovam e reinventam-se, tentando superar uma possível crise na comercialização, conforme a Figura 1, apresentada na análise de resultados.

Para o defrontamento da pandemia provocada pelo novo *SARS-CoV-2* (Coronavírus), o Governo Federal tem anunciado e apresentado medidas com o objetivo de amenizar os impactos negativos na economia brasileira com o Auxílio Emergencial; a fim de contribuir para a construção de mecanismos que visem a minimização dos problemas causados pela pandemia no Brasil e subsidiar a tomada de decisão quanto às melhores estratégias de alocação de recursos.

A crise da saúde pública provocada pela chegada do novo Coronavírus ao Brasil corroborou, por parte das distintas esferas de poder federativo, a adoção de medidas de urgência para conter a proliferação doméstica da pandemia. A decretação de quarentena em algumas localidades, com o fechamento da maior parte do comércio, a suspensão das aulas nas escolas do ensino fundamental ao médio; nas Universidades e Faculdades (públicas ou privadas) e a proibição de atividades e eventos que aglomerem grande número de pessoas reduziram o nível de atividade econômica por todo o país, impactando diversos setores produtivos.

Nesse contexto grave e atípico, uma preocupação tem se feito presente em todos os países afetados pela pandemia: como garantir a oferta de alimentos em quantidade e qualidade suficientes à população? O temor do desabastecimento alimentar levantou a discussão sobre a

importância primordial da agricultura familiar e sobre medidas de apoio e proteção prioritárias, para que os agricultores e demais envolvidos na produção e na distribuição de alimentos possam continuar seu trabalho. No Brasil, não tem sido diferente. Os setores mais organizados do sistema alimentar têm feito demandas urgentes ao poder público, que já começou a conceder respostas.

Essa pesquisa vislumbra a discussão em torno do segmento socioprodutivo da agricultura familiar na atual conjuntura, uma vez que é responsável por parte significativa da oferta interna de alimentos. No curto prazo, os efeitos econômicos sobre a agricultura familiar dizem respeito, principalmente, à manutenção da atividade produtiva e às dificuldades de escoamento da produção. Isso se dá em virtude da supressão parcial da demanda, por exemplo: o cancelamento das feiras públicas, o fechamento de restaurantes e a perspectiva de redução das compras para a merenda escolar, devido à paralisação das aulas; e da queda de rendimentos provenientes da comercialização. No médio prazo, a retração da atividade pode comprometer decisões de plantio, elevando o risco de desabastecimento alimentar após a crise.

Perante tal cenário, este artigo tem, por objetivo analisar as consequências acarretadas aos agricultores familiares devido a pandemia – COVID-19 frente aos programas de políticas públicas do Governo Federal PAA e PNAE na região dos Campos Gerais – PR.

MÉTODOS

Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica dos estudos mais recentes sobre os impactos causados na agricultura familiar com relação a pandemia – COVID-19. Têm-se como aporte teórico os seguintes autores: i) Schneider (2020), que trata os efeitos da pandemia – COVID-19 sobre o agronegócio e a alimentação; ii) Bocchi (2020), que delinea a década da nutrição, a política de segurança alimentar e nutricional e as compras públicas da agricultura familiar do Brasil; e, iii) Brasil (2020), que apresenta a Cartilha de orientações para execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia – COVID-19, entre outros autores.

No que concerne à metodologia científica aplicada, foi utilizada uma pesquisa qualitativa e quantitativa por meio de mensagens via aplicativo *WhatsApp*, utilizando o *Google forms*, conversas por telefone, pesquisa nos sites das prefeituras, acesso ao acervo de registro fotográfico dos Agricultores Familiares e Pequenos Produtores Rurais (PPRs). Essa

coleta de informações deu-se através da instrumentalização coadjuvante pautada nas ideias de Desgagné (2007), que trata da metodologia colaborativa numa visão socioconstrutivista do “avaliar”, comparando conhecimento ao contexto de pesquisa, e coadunando teoria e prática de forma crítica, na produção de dados e na análise das práticas vivenciadas pela circunstância do momento. Seu objetivo principal está na avaliação e compreensão de como as transformações repentinas geradas pela pandemia – COVID-19 têm afetado as dinâmicas produtivas, comerciais e de consumo dos agricultores familiares e dos PPRs da região delimitada. Tais transformações foram acompanhadas por um período histórico no ano de 2020 e 2021.

Para analisar as consequências acarretadas, ou até mesmo o impacto da pandemia – COVID-19 sobre os PPRs e os agricultores familiares que correspondem as cooperativas e/ou associações, foram coletados dois conjuntos de dados: (1) pesquisa de dados secundários (IBGE, CONAB, FNDE, Ministérios da Educação e da Cidadania; relatórios técnicos de agências governamentais e não governamentais e (2) aplicação de questionários com foco na pandemia – COVID-19, via plataforma *online* (*google forms*) ou por telefone (oralmente), caso o informante não tivesse acesso à internet, ou por meio de mensagens do *WhatsApp*. Assim sendo, os questionários para os dois grupos alvos abordaram os mesmos temas: (i) impactos da pandemia sobre os Pequenos Produtores Rurais - PPRs e/ou agricultores familiares; (ii) acesso aos programas PNAE e PAA durante a pandemia; (iii) adoção de práticas sanitárias; (iv) políticas de restrição municipal com a proibição de feiras livres, que impactaram a comercialização dos produtos e a renda; (v) formas de comunicação com agentes da Agência Nacional de Assistência Técnica (ANATER).

Os questionários foram aplicados no período de 25 de outubro a 03 de dezembro de 2020 de forma remota.

Quanto a abrangência geográfica, a região dos Campos Gerais, no estado do Paraná, compreende as seguintes cidades: Arapoti, Carambeí, Castro, Curiúva, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

Participaram da pesquisa 68 agricultores, classificados como PPRs e/ou agricultores familiares que representam as cooperativas e/ou associações; bem como duas Secretarias Municipais (de Educação e de Agricultura) da região dos Campos Gerais – PR, precisamente

da cidade de Castro, com o intuito de compreender o impacto causados aos agricultores pela pandemia – COVID-19 com a comercialização dos seus produtos *in natura* e processados através dos programas de políticas públicas do Governo Federal PAA e PNAE.

Para Cauchick *et.al.*, (2010), na pesquisa qualitativa o pesquisador visita a organização pesquisada fazendo observações e, sempre que possível, coletando evidências. O acesso às organizações e aos indivíduos que nela trabalham nem sempre é facilitado aos pesquisadores, como no caso da pandemia – COVID-19 que se enfrentava no momento; por indivíduos, entende-se os PPRS e os agricultores familiares. Corroborando com o autor pode-se evidenciar que quanto a pesquisa quantitativa, considera-se tudo que pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-los e analisá-los, onde requer estudos estatísticos como: porcentagem, desvio-padrão, entre outros. Avigorado com autor, observa-se que na abordagem qualitativa, a realidade subjetiva dos indivíduos envolvidos na pesquisa é considerada relevante e contribui para o desenvolvimento da pesquisa, bem como pode interferir positivamente no desenvolvimento da pesquisa e na construção de uma realidade objetiva, um dos marcos da ciência. Validando Cauchick *et.al.*, (2010) *apud* Bryman (1989), as características da pesquisa qualitativa são: ênfase na interpretação subjetiva dos indivíduos; delineamento do contexto do ambiente da pesquisa; abordagem não muito estruturada; múltiplas fontes de evidências; importância da concepção da realidade organizacional; proximidade com o fenômeno estudado.

Sendo assim, para capturar toda essa complexidade que os indivíduos no seu ambiente natural podem proporcionar ao pesquisador, faz-se necessário que a abordagem não seja muito estruturada em forma. O autor Cauchick *et. al.*, (2010) *apud* Bryman (1989) cita como falta de estrutura pouca orientação teórica e ausência de hipótese a priori. Isso proporciona ao pesquisador flexibilidade para, dentro do possível, escolher caminhos para o desenvolvimento da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa instituiu como foco o estudo na região dos Campos Gerais, localizada no centro-leste do estado do Paraná, no Brasil. É uma região que leva em consideração critérios históricos, culturais, econômicos e sociopolíticos, que une municípios com uma dinâmica

territorial sem uma limitação única. Partindo dessa primícia, entrou-se em contato com o presidente da Associação de Agricultores Familiares das Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança, sendo obtidos vários relatos quanto ao impacto causado pela pandemia – COVID-19, como também números de telefones celulares com *WhatsApp* de outros agricultores e Secretários Municipais da Educação e da Agricultura para que pudesse ser realizada essa pesquisa na região dos Campos Gerais - PR.

Em áreas rurais da região dos Campos Gerais com maior acesso à internet, alguns PPRs e/ou agricultores familiares, já comercializavam seus produtos agrícolas, antes mesmo da pandemia – COVID-19, via aplicativo de mensagens *WhatsApp* ou outras redes sociais, principalmente produtores de orgânicos ou agroecológicos. A proximidade de uma classe média que consome produtos orgânicos contribui para o escoamento da produção desses agricultores, conforme mostram pesquisas feitas no Brasil (Fonseca, 2009). Na cidade de Castro, a Colônia Iapó, Santa Clara e Vizinhança já estava desenvolvendo essa prática (Araújo, 2017), conforme figura 1. Pode-se dizer também que em outros países essa prática já bem aceita e permanente (BOCCHI, 2020).

Figura 1 – Comercialização de produtos orgânicos via *WhatsApp* (por encomenda), como: geleias, frutas cristalizadas, produtos embalados à vácuo *in natura*.



Fonte: Araújo (2017).

Os PPRs e agricultores familiares que participaram dessa pesquisa trabalham em suas pequenas propriedades rurais com sua família para o fornecimento dos produtos agrícolas orgânicos (*in natura*) e processados, comercializados por meio dos programas PAA e PNAE, e por intermédio de cooperativas e/ou associações para serem entregues nas escolas da rede

pública de ensino ou comercializados também em feiras livres nas cidades onde residem, para garantir o sustento da família.

Os resultados proporcionados com a pesquisa indicaram que as preocupações com a saúde foram crescendo ao longo dos meses que iniciou a pandemia e foi decretado o *lock down*; principalmente os PPRs e os agricultores familiares pesquisados. Nas primeiras intervenções realizadas em abril/2020, a pandemia – COVID-19 era vista como algo quase inexpressivo, insípido, distante das áreas rurais e interioranas do território.

Conforme o tempo foi passando, nos meses de junho a dezembro de 2020 e de janeiro a dezembro de 2021, essas preocupações ampliaram-se e a pandemia – COVID-19 tornou-se uma preocupação constante do ponto de vista sanitário. Essa mudança coincide com a interiorização do vírus no país e com o aumento de casos na região dos Campos Gerais - PR.

Vale ressaltar, ainda, que os agricultores familiares e PPRs pesquisados, em sua maioria, possuem idade avançada, fazendo parte do grupo de risco da doença. Esse fator tem redobrado a atenção das famílias, influenciando as atitudes em algumas situações, como a diminuição da presença de agricultores idosos nas feiras ou até mesmo atividades cotidianas da propriedade evitando expô-los.

A ocorrência da pandemia – COVID-19 entre os PPRs e os agricultores familiares que acarretou consequências, variou bastante em número e grau de gravidade da doença. A maior parte dos PPRs e agricultores familiares (86%) declarou que tiveram pessoas próximas infectadas, oscilando de dez pessoas ou mais entre familiares, conhecidos e/ou o próprio produtor rural, sendo que apenas (14%) responderam que não conheciam alguém que foi infectado. Entre aqueles que contraíram a doença, (60%) dos PPRs e agricultores familiares assumiram que as pessoas tiveram sintomas graves, sendo que (33%) não receberam atendimento e (27%) foram hospitalizadas. Já, (29%) dos PPRs e agricultores familiares afirmaram que as pessoas tiveram sintomas leves e, infelizmente, (11%) disseram que houve falecimento entre seus familiares e na comunidade.

Quanto as cooperativas e/ou associações na região dos Campos Gerais, (48%) dos agricultores familiares informaram que conheciam PPRs infectados pela doença, com números que variaram de menos de 30 a 100 casos. Já (18%) relataram não haver casos entre os PPRs com quem trabalhavam, mas (34%) não souberam responder. E, de acordo com (64%) dos agricultores familiares, os PPRs infectados fizeram testes para COVID-19 em diversos

locais, muitos nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) no próprio município; outros em municípios vizinhos ou na capital do estado; em farmácias; no próprio imóvel rural ou em consultórios itinerantes. Os demais agricultores familiares entre os PPRs (36%), não tinham conhecimento sobre a realização de testes para COVID-19.

Quanto as políticas públicas durante a pandemia – COVID-19, a grande maioria (88%) dos PPRs e os agricultores familiares declararam que participam de alguma política pública ofertada pelo Governo Federal. Desses, (40%) participam do PAA, (11%) participam do PNAE, (35%) do Programa de Regionalização da Merenda Escolar do estado, como o Programa do Leite; e apenas (2%) solicitaram acesso à linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Uma pequena parcela (12%) responderam que não participa de nenhum programa de política pública.

Com relação ao PAA, (45%) dos agricultores familiares e PPRs relataram alterações no programa, tais como redução, suspensão ou cancelamento dos contratos. Entretanto, (22%) declararam que os produtores tinham retomado o PAA durante a pandemia. E (33%) dos agricultores familiares e PPRs relataram não terem informação sobre o PAA.

Apesar de ser uma política pública importante para os pequenos produtores para escoar a produção, a grande maioria (78%) dos PPRs e agricultores familiares declaram não participar do PNAE durante a pandemia, (8%) reduziram e (13%) pararam. Apenas um produtor afirmou que aumentou sua produção, pois a prefeitura passou a comprar mais alimentos para serem distribuídos tanto para a merenda escolar, como para as famílias mais carentes do município. A maioria (66%) dos agricultores familiares respondeu que o PNAE sofreu alterações durante a pandemia – COVID-19, conforme os relatos dos PPRs e agricultores familiares; com o fechamento das escolas, muitas prefeituras suspenderam o contrato com os PPRs e agricultores familiares (31%), outras reduziram (22%) a compra de alimentos, ou os alimentos passaram a serem entregues diretamente para as famílias dos alunos (13%) através de edital público lançado pela Secretaria Municipal de Educação em consonância com a Secretaria de Agricultura de cada município .

Com relação à criação de políticas pelas prefeituras para ajudar os PPRs e agricultores familiares durante a pandemia – COVID-19, a grande maioria (84%) respondeu que não foi criada nenhuma alternativa que tenha vindo ao seu conhecimento, e (16%) disseram que houve apoio dos municípios quanto a compra dos produtos.

A produção rural durante a pandemia – COVID-19 para os PPRs e agricultores familiares em seus imóveis rurais foi variada, diversificada dependendo da época, e os produtos podiam ser vendidos *in natura* e processados, como: hortaliças, frutas, raízes, mel de abelhas, pães, compotas de geleia e polpas de frutas, entre outros produtos; conforme a figura 2 apresentada mais adiante.

Quando perguntados sobre o impacto da pandemia – COVID-19 na produção, as respostas dos PPRs e agricultores familiares ficaram divididas entre não haver impacto (perda zero) na produção (35%) e impactos negativos (62%), com perda da produção entre (1% a mais de 50%), com exceção de um produtor orgânico que teve sua produção aumentada. Os relatos dos PPRs vão ao encontro às declarações dos agricultores familiares, para os quais, porém, a pandemia – COVID-19 impactou os PPRs de forma mais negativa, sendo que (98,47%) responderam que os produtores perderam produção, variando também de (1% a mais de 50%) de perda. Tanto os PPRs quanto os agricultores familiares informaram que nenhum produtor perdeu (100%) de sua produção.

Já a comercialização durante a pandemia – COVID-19, foi considerada um dos obstáculos, podendo ser encarada também como um gargalo para os PPRs e agricultores familiares quanto ao escoamento e comércio dos produtos agrícolas. As formas mais comuns de viabilizar sua produção são por meio do acesso a políticas públicas como: PNAE e PAA; e venda direta em: feiras livres (em ruas); nas suas próprias residências; praças públicas e mercado municipal. Devido à pandemia – COVID-19, muitos municípios estabeleceram a quarentena e decretaram restrição de horários ou o completo fechamento dos mercados e a suspensão das feiras livres.

A grande maioria dos agricultores familiares (91%) respondeu que os PPRs passaram a vender seus produtos agrícolas durante a pandemia em feiras livres e/ou mercados com adoção das medidas sanitárias; alguns sofreram redução nas vendas devido à restrição do horário de funcionamento das feiras e mercados, e para outros as vendas foram normais. Apenas (9%) responderam que os PPRs não puderam comercializar nesses locais públicos, devido ao seu fechamento ou pela não ocorrência dessas opções nos municípios. Mesmo com a maioria dos PPRs mantendo as vendas, houve queda na comercialização.

Para os PPRs e agricultores familiares, a venda foi bastante diversificada. Para poucos (5%), a pandemia – COVID-19 gerou um aumento na venda, para outros (25%) não houve

modificações, mas para a maioria (68%) teve um impacto negativo. Os dois produtores que tiveram acréscimo nas vendas dos produtos informaram que esse aumento da demanda foi por frutas cítricas (*in natura*); polpas de frutas para fazer sucos e por produtos orgânicos. Os produtores expuseram que os consumidores foram em busca de alimentos mais saudáveis para ajudar a combater o vírus do COVID-19. O mesmo aconteceu com a comercialização do mel de abelhas nativas, dada as propriedades físico-químicas e o conhecimento local do valor medicinal do mel para o combate à gripe, resfriados e aumento da imunidade, com a finalidade de fortalecer o organismo humano contra o COVID-19.

Segundo os agricultores familiares, nenhum produtor teve aumento nas vendas, também não houve elevado impacto negativo nas vendas: (80%) dos agricultores familiares responderam que os produtores tiveram uma queda maior que (10%) na comercialização dos produtos. Um ponto importante é que nenhum dos PPRs teve queda total das vendas, ou seja, todos conseguiram vender, ainda que menos que o normal. A renda dos PPRs aparece correlacionada às vendas: apenas (9%) tiveram a renda aumentada, enquanto para (11%) a renda se manteve. No entanto, a grande maioria (80%) relatou queda na renda, de (1% a mais de 50%).

Diversas formas de comercialização foram aderidas pelos PPRs e agricultores familiares durante a pandemia – COVID-19; uma boa parte (56%) teve que se adaptar no período de pandemia, (30%) dos PPRs declararam que venderam, mas não nos locais de costume e (26%) comercializaram por encomenda e entregas em domicílio (via *delivery*) em cestas agroecológicas conforme figura 1, já ressaltada anteriormente. Os outros (44%) que representa o total de respondentes, uma pequena parte (11%) dos PPRs prosseguiu vendendo em feiras livres e/ou mercados, alguns com redução nas vendas e outros com aumento. E, (33%) venderam para cooperativas e/ou associações.

Quanto a comunicação entre os PPRs e agricultores familiares com os agentes da ANATER, Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – (IAPAR-EMATER), Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), durante a pandemia – COVID-19 foi relativamente pouco acessível, pois o distanciamento físico aconselhado, recomendado e decretado variou entre os municípios. Averiguou-se que a forma de comunicação mais adotada pelos PPRs na região dos Campos Gerais - PR com o maior acesso à Tecnologia da Informação (TI), foi o *WhatsApp* ou celular (53%), por ser um meio mais prático, barato e rápido de se comunicar e

até mesmo acessar informações. A comunicação tradicional mostrou-se importante também, seja pessoalmente (23%) ou via um técnico (22%). Outra forma menos frequente foi o telefone fixo, ou seja, telefone rural por antena (2%). De acordo com a maioria dos agricultores rurais, a comunicação com os PPRs continuou, mas principalmente de forma remota (59%) ou atendimento presencial de forma parcial (25%) ou a comunicação na comunidade rural não foi alterada (16%).

Quanto aos cuidados sanitários adotados por causa da pandemia – COVID-19 e sua transmissibilidade, muitos protocolos sanitários foram adotados por toda a sociedade e em todos os setores da economia, incluindo as atividades rurais, conforme pode-se observar na figura abaixo, o antes e o depois dos protocolos adotados pela Vigilância Sanitária nos municípios da região dos Campos Gerais e de acordo com a Cartilha de Orientação do PNAE, onde a Figura 2 resume todas as orientações que foram apresentadas na Cartilha (BRASIL, 2020).

Figura 2 – Colheita; Embalagens e Separação dos produtos *in natura*; Fabricação, Embalagens e Separação dos produtos Processados; antes e depois da pandemia – COVID-19 com orientação do uso de máscara



Fonte: Registro fotográfico dos Produtores rurais (2020)

Quanto aos protocolos recomendados na cartilha citada acima, referentes à produção, de modo geral, tanto os PPRs quanto os Agricultores Familiares adotaram e priorizaram os cuidados sanitários e de higienização nos processos produtivos durante a pandemia, evidenciados na figura 2. Desses, seja no campo (áreas de plantio) ou durante o processamento (manipulação dos produtos agrícolas, colheita, embalagem), o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) foi o mais citado (48%) pelos PPRs e Agricultores Familiares, seguido dos cuidados com higienização pessoal, dos locais de trabalho e dos produtos e materiais em geral (28%) e do distanciamento físico entre as

pessoas durante o processo produtivo (16%). Ainda, (8%) responderam que não houve alteração ou cuidados sanitários específicos, além dos já adotados antes da pandemia – COVID-19.

Para a comercialização, da mesma forma que há protocolos sanitários para os processos produtivos, há também para a venda dos produtos. Mais da metade dos PPRs (56%) respondeu que passou a adotar cuidados de higienização pessoal, do local de comercialização e no processo de embalagem e transporte dos produtos, neste caso, lavando as embalagens com água e sabão, com água sanitária ou mesmo passando álcool gel ou líquido 70°. Essa medida foi seguida de uso de EPIs, (44% dos PPRs e Agricultores Familiares), adotando também o distanciamento social. No caso de algumas cooperativas e/ou associações, como é o caso da Associação das Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança, antes mesmo da pandemia – COVID-19, os protocolos sanitários já eram adotados por conta das exigências de acesso e permanência do Selo de qualidade dos produtos oferecidos (ARAÚJO, 2017).

Um fato positivo durante a pandemia – COVID-19 foi o surgimento ou a expansão de muitas ações de solidariedade nas localidades pesquisadas. Nesse caso específico, observaram-se ações tanto para ajudar os PPRs, de modo a amenizar os prejuízos da produção/venda; quanto ações dos próprios PPRs para ajudar as pessoas mais vulneráveis com doações de alimentos; produtos de limpeza e higiene pessoal ou outras formas de colaboração ou solidariedade. Pode-se classificar as ações em duas categorias principais: governamentais (órgãos públicos) e não governamentais (entidades sociais ou ações individuais de pessoas físicas).

As respostas dos agricultores familiares e dos PPRs reforçam que as ações dos governos (seja federal, estadual ou municipal) foram fundamentais para ajudá-los. Uma dessas ajudas refere-se à política do auxílio emergencial do Governo Federal por intermédio da Caixa Econômica Federal (CEF), citada por (63%) dos agricultores familiares para dar algum apoio aos PPRs que perderam a renda familiar nesse período. Outra forma de apoio foi a assistência da ANATER prestada aos agricultores familiares (37%) com relação à orientação da produção e comercialização durante a pandemia – COVID-19.

A grande maioria dos agricultores familiares pesquisados (97%) informou que entidades sociais e governamentais em parcerias com as cooperativas e/ou associações, nas quais são inseridos, compraram os produtos dos PPRs para serem doados aos grupos sociais

mais vulneráveis dos municípios da região dos Campos Gerais - PR. Outra ajuda informada por dois PPRs refere-se a compra dos produtos agrícolas pela Fundação Banco do Brasil, na capital do Estado do Paraná, em parceria com as organizações locais (cooperativa e/ou associação). Perguntados especificamente sobre recebimento de doações, boa parte dos PPRs (68%) respondeu que não ganhou donativo de nenhum tipo, (15%) afirmaram que receberam doações de gêneros alimentícios e (15%) ganharam material de limpeza e higiene. Dois outros produtores responderam que tiveram desconto na conta de energia elétrica.

No geral, pode-se inferir que os dados indicaram impacto negativo da pandemia – COVID-19 sobre a saúde dos PPRs e familiares, perda da produção e queda na venda e renda. Por outro lado, os PPRs desvendaram sua capacidade de superação e adequação aos desafios impostos, com histórico de construção de redes sociais, mobilização social e parcerias, que vem contribuindo para o fortalecimento desses grupos sociais mais vulneráveis e para uma resposta mais proativa para as adversidades (ADAMS *et al.*, 2020). Entretanto, as dificuldades mencionadas tanto pelos agricultores familiares quanto PPRs foram muitas, principalmente a morosidade ou ausência do poder público, visto que o ano de 2020 se tratava de um período de política para Prefeito e Vereador. Para compreender melhor as formas encontradas pelos PPRs e os agricultores familiares para superar os desafios da pandemia – COVID-19 e manter sua produção rural e mesmo as vendas de seus produtos.

O papel do Estado é de grande relevância quanto a atribuição das ações coletivas e parcerias e o papel das Tecnologias de Informação (TI). Apesar da importância do Governo Federal em liderar e coordenar as políticas nacionais voltadas para os PPRs e os agricultores familiares, os resultados demonstram que os programas federais do PNAE e do PAA atenderam muito precária e tardiamente a demanda dos PPRs dos agricultores familiares durante a pandemia – COVID-19.

Um fator muito importante tanto para os agricultores familiares quanto para os PPRs, diz respeito ao papel das TI, à falta de conectividade e tecnologia do campo no Brasil que dificulta o acesso de produtores a serviços de entregas em domicílio e até atendimentos de emergência (GUIBERT e SABOURIN, 2020). O Departamento de Apoio à Inovação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) estima que apenas (6% a 9%) da agricultura familiar brasileira tenha algum tipo de conectividade (MAPA, 2020). Esses números são ratificados pelo IBGE (Censo de 2017), apresentando que 5,07 milhões de

estabelecimentos rurais (72% da totalidade) não possuem acesso à internet. Pesquisadores da Embrapa-Informática (2020); e os autores Guibert e Sabourin (2020) apontaram que as grandes propriedades têm mais acesso ao sinal 4G, realidade ainda muito distante das pequenas e médias propriedades.

A TI não é o foco dessa pesquisa, mas conseguiu-se evidenciar a importância dos PPRs e dos agricultores familiares terem acesso à internet, pois a maioria usou celular/*WhatsApp* para se conectar com agentes externos, sejam fornecedores, compradores ou técnicos, durante a pandemia – COVID-19; essa relevância foi marcante até mesmo para essa pesquisa, pois toda a investigação foi evidenciada pela TI com os agentes participantes. Portanto, com o distanciamento físico entre as pessoas, o acesso TI se tornou premente para os PPRs e os agricultores familiares se comunicarem de maneira remota. Nem todos tiveram essa acessibilidade à internet para que pudessem contatar diretamente seus clientes e escoar sua produção durante a pandemia – COVID-19, conforme recomendação da própria FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) de usar o *e-commerce* (GALANAKIS, 2020).

Os PPRs e os agricultores familiares sem acesso à internet enfrentaram mais dificuldades e até perda da produção por falta de mercado para escoar. Conforme a Embrapa-Informática (2020); e os autores Guibert e Sabourin (2020), esse cenário precisa mudar, sendo a TI imprescindível para a agricultura familiar ao fomentar a conectividade; pode auxiliar os produtores a superarem, ultrapassarem os desafios de produzirem mais alimentos com preços acessíveis e de forma sustentável, portanto, a TI contribuirá para reduzir a vulnerabilidade dos pequenos produtores.

CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar, pelo seu potencial, constitui parte considerável e relevante da solução dos problemas do país e não, simplesmente, porque representa um segmento numeroso da população que necessita de um programa de assistência social.

No entanto, esse discurso acadêmico ainda não foi colocado na prática, pois a agricultura familiar em todos os municípios do país vem padecendo pela falta de apoio financeiro e de assistência técnica.

O caminho para a superação das dificuldades/problemas registrados na agricultura familiar, desenvolvida nos Campos Gerais-PR, resume-se à efetivação de políticas públicas, com efeitos imediatos, melhorando as condições de vida da população rural, e, conseqüentemente, revitalizando a economia local, principalmente durante o período da pandemia – COVID-19 que se viveu nos anos de 2020 e 2021 de forma mais intensa.

A pandemia – COVID-19 impactou negativamente os PPRs de forma multidimensional: saúde, produção, comercialização, renda e formas de comunicação. Por outro lado, os PPRs nessa pesquisa mostraram relativa capacidade de superação para enfrentar os desafios impostos. Muitos produtores e seus familiares e conhecidos foram infectados com o *Sars-CoV-2*, alguns perderam amigos e parentes para a doença; além de sofrerem perdas na produção e quedas na venda e renda, mas nenhum produtor teve perda total da produção ou queda total de vendas.

Os impactos sobre a comercialização foram maiores do que na produção, de acordo com declarações de PPRs e agricultores familiares. Trata-se de uma etapa da atividade rural mais complexa, apresentando várias e diferentes formas de escoar a produção, seja individual ou coletivamente, presencial ou remotamente, por meio de políticas públicas ou organizações sociais. A diversidade de formas de se comercializar os produtos agrícolas possibilitou que praticamente quase todos os PPRs e agricultores familiares pudessem escoar sua produção, mesmo que em quantidade reduzida. A forma de comunicação mais usada para realizar as transações de venda ou falar com agentes externos foi o celular através do aplicativo de mensagens *WhatsApp*.

Por fim, as políticas públicas do Governo Federal – PNAE, PAA se mostraram primordiais para viabilizar a cadeia produtiva rural de pequena escala. Porém, a morosidade do Estado em propor e executar políticas públicas prejudicaram os PPRs e agricultores familiares em um período de grande vulnerabilidade. Para minimizar os efeitos negativos e as perdas, as ações coletivas e parcerias vinculadas à solidariedade contribuíram para que os PPRs e agricultores familiares tivessem outras opções de escoarem seus produtos para mercados diversos, e até mesmo ajudar redes de doações de alimentos para as populações mais carentes. Portanto, a criatividade e a capacidade de adequação aos novos desafios, bem como a colaboração com agentes externos, contribuíram para que os PPRs e agricultores familiares não sucumbissem totalmente e pudessem superar este período tão crítico da

pandemia – COVID-19, enquanto a ação do poder público se fez ausente ou insuficiente durante a pandemia. Por fim, a pandemia – COVID-19 trouxe à tona os sérios riscos dos desequilíbrios na saúde pública e o aumento das vulnerabilidades de grupos sociais, como os dos PPRs. Esse levantamento de dados coloca também grandes desafios para a academia e para os gestores públicos sobre como responder de forma rápida e eficaz às mudanças ambientais que crescem em ritmo acelerado, com respostas voltadas justamente para esses PPRs e agricultores familiares historicamente invisíveis e marginalizados.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Cristina *et al.* Governança ambiental no Brasil: acelerando em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável ou olhando pelo retrovisor? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 25, n. 81, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v25n81.81403>.

ARAÚJO, Alcione Lino de. **Economia Solidária e a Autonomia Feminina na Associação de Agricultores Familiares das Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança**. Tese de Doutorado. UTFPR – Campus Ponta Grossa – PR, 205 f. 2017.

BRASIL. **Cartilha de orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia do Coronavírus - (COVID-19)**. Brasília – DF. 2020.

BOCCHI, C. P., Magalhães, E.S., Rahal, L., Gentil, Gonçalves, R.S. (2019) A década da nutrição, a política de segurança alimentar e nutricional e as compras públicas da agricultura familiar do Brasil. **Rev. Panam Salud Publica**. 2019: 43:e84. DOI: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2019.84>.

CAUCHICK, Miguel; AUGUSTO, Paulo *et al.* **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CONABE - **Companhia Nacional de Abastecimento** <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar>. Acesso em: dezembro 2020.

DESGAGNÉ, Serge. O conceito de pesquisa colaborativa: a ideia de uma aproximação entre pesquisadores universitários e professores práticos. **Revista em Questão**. Natal, v.29, n.15, p.7-35, mai/ago. 2007.

EMBRAPA INFORMÁTICA - <https://www.embrapa.br/informatica-agropecuaria>. Acessado em dezembro 2020.

FNDE – **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** – 2020. Acessado em dezembro 2020.

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa. Agricultura orgânica. **Regulamentos técnicos e acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil**. Niterói–Rio de Janeiro: PESAGRO, 2009.

GALANAKIS, Charis M. The food systems in the era of the coronavirus (COVID-19) pandemic crisis. **Foods**, v. 9, n. 4, p. 523, 2020.

GOLETTI, Francesco; PURCELL, Timothy; SMITH, Dominic. Concepts of commercialization and agricultural development. **AgriFood Consulting International Inc. Discussion Paper Series**, n. 19, 2003.

GUIBERT, Martine; SABOURIN, Eric. Ressources, inégalités et développement des territoires ruraux en Amérique latine, **Caraïbe et en Europe**. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Brasil: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA – **MP nº 957/2020, de 27 de abril de 2020**.
<https://www.gov.br/cidadania/pt-br>. Acesso em dezembro 2020

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – **MAPA** -
<https://www.gov.br/agricultura/pt-br>. Acesso em dezembro 2020

MOURA, Jadson; SOUZA, Rodrigo. **Impacts of SARS-COV-2 on brazilian agribusiness**. 2020.

PREISS, Potira V. Challenges facing the COVID-19 pandemic in Brazil: lessons from short food supply systems. **Agriculture and human values**, p. 1, 2020.

SCHNEIDER, Sergio *et al.* Os efeitos da – COVID-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, p. 167-188, 2020.